

**INVESTIGAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: O FUTURO NO PRESENTE.
REFLEXÕES EM TORNO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE
CONHECIMENTO CIENTÍFICO PORTUGUÊS**

*RESEARCH IN SOCIAL WORK: THE FUTURE IN THE PRESENT.
REFLECTIONS ON THE PORTUGUESE KNOWLEDGE BUILDING
PROCESS*

Raquel Marta

TRABAJO SOCIAL GLOBAL 2016, 6 (10), 50-73

Resumo

O debate em torno do processo de construção do conhecimento científico em serviço social está lançado. A classe procura novos fundamentos que permitam, num cenário de mutações estruturais, fortalecer a identidade profissional numa óptica de combate aos vestígios de segregação intelectual que os constrangimentos históricos – institucionais deixaram. Isento de pretensiosismo, este trabalho procura esboçar uma estratégia de investigação para a conciliação e coordenação do trabalho intelectual – profissional, de forma a desencadear e dar visibilidade a novos e diferentes domínios de interpretação e acção ao mesmo tempo que reivindica a possibilidade de abordagens pluri perspectivadas potenciadoras de processos de transformação na edificação do saber. Numa confluência necessária ao pensamento complexo, também aqui trazemos a consideração de que é através da circularidade que se interroga tudo o que é compartimentado e fragmentado, numa ênfase colocada não somente no conhecimento, mas na inter-relação entre saber, fazer, ser e relacionar, bem como no subsequente reconhecimento da natureza desses mesmos relacionamentos.

Recibido: **01-03-2016** Revisado: **01-05-2016** Aceptado: **03-05-2016** Publicado: **27-06-2016**

Identificador permanente para este artículo: <http://hdl.handle.net/10481/41897>

Abstract

The debate surrounding the construction of scientific knowledge within social work is discussed. The class seeks new foundations that allow within the context of structural change, the strengthening of professional identity and challenge of the vestiges of intellectual segregation that historical constraints have left. This paper seeks to outline a research strategy for reconciliation and coordination of intellectual and professional work in order to give visibility to new and different domains of interpretation and action, while claiming that considering pluri-perspectives potentiates the knowledge transformation process. Underlining this confluence of complex thinking elements, this article incorporates the space-time dimension and discusses and recognizes the unavoidable circularity as a way to interrogate knowledge that is compartmentalized and fragmented, placing an emphasis both on knowledge and on the interrelationship between knowing, doing, being and relating. In addition, examines the recognition of the nature of those relationships among various disciplines and perspectives.

PC.- Serviço Social, conhecimento científico, identidade, dimensão espaço-tempo, reflexividade.

KW.- *Social Work, scientific knowledge, identity, space-time dimension, reflexivity.*

Introdução

“Reconhecer as cegueiras do conhecimento, seus erros e ilusões é assumir o acto de conhecer como um traduzir e não como uma foto concreta da realidade. Trata-se de amar as nossas artes para o combate vital pela lucidez e isso significa estar sempre à procura de novos modos de conhecer o próprio acto de conhecer”.

Edgar Morin

Na contemporaneidade, a progressiva passagem de políticas sociais universalistas para políticas sociais selectivas, inserida num contexto de crescente globalização, procura a busca da equidade na aplicabilidade das medidas e da redistribuição do rendimento social. Contudo, a vulnerabilidade que transversalmente se verifica em grupos específicos, alerta para o facto de que a aparente alteração positiva das condições de vida apregoadas pelo sistema instituído é ambíguo e não só contribui para a manutenção das desigualdades existentes, como fomenta novas desigualdades. A precarização das condições de trabalho, as baixas ou inexistentes qualificações, a fragilidade das redes de solidariedade, desenraizamento dos modelos de referência social e cultural de determinados grupos, o fácil acesso ao consumo e conseqüente endividamento, entre outros, são novas vertentes da

questão social num contexto estrutural cada vez mais competitivo, complexo e aberto a externalidades.

O grande rasgo destas transformações do tipo estrutural na sociedade moderna, permite, a par da sua estrutura, colocar a ênfase na sua dinâmica, nas suas mudanças, nas suas diferenças. Importa, neste cenário de mutações estruturais, analisar, avaliar e questionar as formas de acção concreta em serviço social, de forma a potencializar os recursos e inovar nas metodologias, procurando fomentar uma sinergia permanente e inovadora que contrarie o funcionamento dualista do sistema social.

1. Construções identitárias

Consciente das dificuldades que norteiam os processos de reconceptualização da questão social e da multiplicidade de solicitações à prática profissional, a classe procura novos fundamentos técnico-políticos-ideológicos para a sustentabilidade, legitimidade e operacionalização da profissão. Mas vai mais além. A natureza interventora do serviço social implica uma interacção constante e consequentes processos de ajustamento recíprocos¹. Sabemos que os domínios do social e do económico sempre foram mais dinâmicos que o político. Mesmo quando a sociedade aparenta ser estável e imutável, mudanças profundas se operam nas forças sociais, económicas e culturais. Ainda que invisíveis a um primeiro olhar, estas mudanças sociais permanentes e contínuas nem sempre têm a dimensão suficiente para gerar uma mudança acelerada. Mas existem e estão lá.

Sendo certo que historicamente em Portugal “a profissão não foi reconhecida e identificada por contribuir para a produção de um saber específico, mas pelo modo como intervinha nas situações sociais” (Martins, 1999: 49), o serviço social não se limitou a digerir ou assimilar passivamente os determinismos de orientações políticas e académicas. Pelo contrário, foi-se “estruturando internamente, num processo de (des)estruturação, fruto também de contradições internas provenientes de tensões entre forças voltadas para o futuro e forças conservadoras, levando a movimentos de manutenção e inovação na formação e nas práticas profissionais” (Martins, 1999: 49). Significa que o serviço social foi atravessado por movimentos próprios, através dos quais teve de resolver os seus problemas atávicos,

ultrapassar contradições, dirimir conflitos, encontrar as suas soluções e adaptar-se a novas soluções.

Com o Serviço Social Crítico que, em período de grande turbulência política e societal emerge em Portugal, vemos aliada a politização de uma pequena fratria da classe a uma vontade inequívoca de incorporar e desenvolver novas estratégias de emancipação e de combate à hegemonia (Martins, 2002:57). Por contraposição às formas de serviço social tradicional ou ortodoxo, desenham-se processos de antagonismo com orientação para a mudança social e para a transfiguração dos sistemas que prolongam a dominação e a exploração, numa tentativa de contestação e de resistência às políticas vigentes, esses possantes instrumentos de repressão e estorvo à unidade da oposição. Procurava-se então efectivar uma leitura de signos que em determinado momento sócio histórico faziam perspectivar uma bifurcação. Tal possibilidade é tanto mais importante quanto encerra em si indicadores de uma vontade intelectual de redimensionar o serviço social como instrumento de transmutação.

Tentativa tímida de conquistar a relatividade da Ciência (Faleiros, 1999), colocando em ringue os pressupostos morais e religiosos que sustentavam, predominantemente, a formação e fundamentação da profissão, face ao senso comum traduzido em consciência crítica. Essa consciência, imprescindível ao desenvolvimento de uma nova linguagem e à redefinição de novos signos profissionais, encontra-se imbuída num “(...) quotidiano profissional, feito de cumplicidades silenciosas, sob uma aparente submissão” (Martins, 2002: 53) movimentando-se camufladamente para se permitir ser trespassada por acontecimentos e movimentos próprios, que traduzem uma história específica, tensões e questionamentos permanentes, circunstâncias especiais.

A ideia de que o constante e descontínuo processo de rectificação do conhecimento norteia o serviço social para um *continuum* de desafio e confronto aos paradigmas instituídos - recusando assim ser avassalado por modelos ideológicos tácitos - podem falaciosamente, ser ratificada como respeitando a um quadro real. Mas é também aí, na génese da sua história – essa reserva de valor – que os seus outros significados não só convidam, como impelem à reflexão, mas a uma reflexão comprometida com a perspectiva do questionamento, da mudança, da irrupção de dimensões escondidas, de possibilidades do novo no plano do conhecimento e da acção.

Também o questionamento sobre os constrangimentos, estímulos, condições e limites da objectivação da construção do pensamento científico, em muito têm contribuído para o fragilizar do processo de institucionalização/legitimação do processo de conhecimento científico em serviço social, concorrendo assim para a manutenção da desvantagem existente face a outras áreas das ciências sociais com quem impende (Martins, 2002; Branco, 2008). A oportunidade para o entendimento oferecida neste exercício intelectual, possibilita ao serviço social transitar para uma dimensão menos utópica, inflectindo para uma realidade complexa, temporal e instável que não pode ser circunscrita a insígnias, culturas ou perfis pré determinados.

Reflexo contínuo de tal atitude mental é que o questionamento sobre a legitimidade do assistente social enquanto cientista social tem vindo, progressivamente, a ser esbatido. Mas, verdade indubitável é que continuamos, ainda hoje, a ser o “parente pobre” (Martins, 2002: 58) do conhecimento cientificamente produzido na área das Ciências Sociais. Não será nesta consciência do deficit do capital científico que, paradoxo e ciclicamente, sedimentamos e alimentamos a mitologia de uma identidade profissional muito especial?

Neste contexto, além do risco da potencial diluição da autonomia do campo do serviço social, também o questionamento sobre os constrangimentos, estímulos, condições e limites da objectivação da construção do pensamento científico, em muito têm contribuído para o fragilizar do processo de institucionalização/legitimação do processo de conhecimento científico em serviço social, concorrendo assim para a manutenção da desvantagem existente face a outras áreas das ciências sociais com quem impende.

Ter presente que o posicionamento do serviço social é reflexo da conjuntura sócio histórica e dos diferentes contextos institucionais, implica não recusar a reflexão sobre o espaço de autonomia que o assistente social, enquanto investigador, tem vindo a conquistar neste quadro de constrangimentos histórico institucional. O facto é que tais constrangimentos conduziram à concepção do profissional de serviço social como um actor social “para agir e não para produzir conhecimentos, inserindo-se na divisão social do trabalho, que separa produtores do conhecimento de interventores na realidade social” (Martins, 1999: 49), colocando-nos numa posição periférica no campo da investigação social. Daqui emerge parte da inquietação que nos move, enquanto profissionais, a desconstruir para (re) construir o pensamento científico, numa necessidade de justificarmos a *nossa* ciência a outros.

Corroborando o pensamento de Saül Karsz (2004), o desafio coloca-se precisamente porque o trabalho social não detém de todo o monopólio do social. A realidade social, objecto de estudo e intervenção da pluralidade das Ciências Sociais, é a realidade objectável e transversal a todas elas, o que implica que a sua distinção só pode “provir das próprias ciências sociais, e não pode ter outro significado que não seja o de cada uma dessas disciplinas encarar, abordar, analisar de uma forma diferente aquela mesma realidade” (Nunes, 2005: 26).

Naturalmente que a procura do particular não invalida a reflexão à questão de Wallerstein (1996b: 88) de “como abrir as ciências sociais de maneira a poderem responder adequada e completamente às legítimas objecções de estreiteza e assim justificar a pretensão de universalidade no que se refere à sua relevância, aplicabilidade e validade”, pelo contrário. Emerge nos dias de hoje, um novo tipo de *homem* da ciência, aquele que sem renunciar ao cultivo e adubamento do campo que lhe pertence, se posiciona no horizonte da reciprocidade das significações humanas. Assim, é em simultâneo perito do produto que cultiva e guardião da totalidade. Criar teses de sustentação para essa reflexão que permitam equacionar o entendimento da dimensão das Ciências Sociais por um lado, e viabilizar a construção de uma estratégia comum que se exprima em saberes interactivos partilhados por outro, permitir-nos-á assumir e evidenciar a particularidade do serviço social enquanto ciência social no seio da comunidade científica, académica e profissional.

O longo processo de luta e de resistência, claramente ilustrado por Negreiros (1999), que o Serviço Social percorreu na busca da sua legitimidade demonstra, inequivocamente, como uma identidade de resistência desenvolvida afincadamente na década de 80 contra os valores políticos dominantes de então, permitiu ao Serviço Social assumir a sua identidade legitimada e legitimadora como resultado de um complexo processo de mudança social, mas que é redefinida em função de determinações sociais da própria estrutura social, num contexto espaço-temporal onde as relações de força agem em específicas circunstâncias históricas. O redimensionamento histórico e cultural da identidade e da acção profissional, demonstra que importa confrontar, desafiar, infringir regras se necessário para o acompanhamento consolidado da permanente reconstrução e consubstanciação da identidade profissional.

Significa que, se a construção da identidade se vale, como defende Castells da “matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória colectiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de

cunho religioso” (2003: 4), então o processo de construção de identidade assume um carácter não estático, permeável às mudanças operadas aos níveis micro e macrosociais. Tal afirmação pode afigurar-se paradoxal, mas se tomarmos como exemplo uma ponte em que a estabilidade da estrutura é assegurada pelos movimentos de oscilação e categorias dinâmicas dos elementos estruturais da estrutura, constatamos que a aparente instabilidade da estrutura não é senão o factor de unidade e equilíbrio do todo. Portanto, o processo de construção identitária é mais do que o simples resultado da combinação de elementos, porquanto se posiciona a montante e a jusante do contexto histórico e social, implicando-se nessa rede extraordinariamente complexa de determinações internas e externas que a classe procura elucidar.

A identidade do nosso elenco profissional não é una, e é precisamente na sua pluralidade que reside a tensão desencadeadora de diferentes construções identitárias. Estas são redefinidas de acordo com os determinismos sociais pelas esferas do poder dominante, em contextos confinados a dimensões espaço-temporais específicas. A leitura que nos é oferecida pela investigação da génese e institucionalização do Serviço Social português permite-nos acolher a identidade como fonte de significado, como fonte de experiência da classe profissional em geral, e dos actores enquanto intervenientes (muitas vezes isolados), em particular. Sem dúvida, tal percurso de investigação histórica transforma-se numa ferramenta imprescindível “no processo de (re) construção da identidade profissional, dando visibilidade às relações com os movimentos sociais e políticos, à fundamentação teórica das práticas profissionais, à concepção do poder e identidade” (Martins, 2002: 57) ressaltando a emergência de uma onda, que se pretende poderosa, de construção e consolidação da identidade dos profissionais de serviço social.

2. O proceso de investigação: retroalimentação

Na interpretação do mundo contemporâneo, apresentada como *modernidade tardia*, Giddens sustenta que “o que define um ser humano é saber (...) tanto o que se está a fazer como porque se está a fazer algo (...). No contexto da ordem pós tradicional, o próprio ser torna-se um projecto reflexivo” (Giddens citado por Castells, 2003: 8) em que o protagonismo da reflexividade é assumido como essencial para a “estruturação do auto identidade” (Giddens citado por Castells, 2003: 8). Ainda que concordando com Giddens, Manuel Castells (2003) atenta para o facto de que os processos de construção da

identidade decorrentes no período da modernidade tardia são movimentos dinâmicos capazes de desencadear novas formas de mudança social, operadas tanto ao nível da jurisdição sócio organizacional, como a nível individual e pessoal, deixando transparecer os efeitos da interpenetração entre o global e o local. Neste contexto, o processo de (re) construção da identidade profissional encontra-se intimamente conectado à reconceptualização da questão social, porquanto se entrecruzam com as necessidades decorrentes dos efeitos da globalização e do fervoroso avanço das tecnologias da informação e da comunicação, associados aos interesses “superiores” do capitalismo.

De um outro ângulo, a afirmação de Castells de que “a teoria social é uma ferramenta para entender o mundo e não um instrumento de auto satisfação intelectual” (2003: XXIV) remete-nos para a importância do desenvolvimento das capacidades dos assistentes sociais enquanto produtores do conhecimento científico, de receber permanentemente a informação que nos chega das mais diversas esferas políticas, sociais ou pessoais, visando a potenciação da reflexividade.

Parte-se do pressuposto que o processo de construção do conhecimento científico é um processo de construção reflexivo, vertido na acção cognoscitiva e na construção da realidade durante o percurso da investigação. Mais: ao estar sensível às dinâmicas e mudanças sociais e ao interactuar reflexivamente sobre o contexto social em mudança, o profissional de serviço social toma “contacto com abordagens alternativas que, eventualmente, acabam por se incorporar nas formas de pensar e de agir no Serviço Social” (Mattinson em Payne, 1998: 123) e desenvolve, simultaneamente, uma consciência crítica consubstanciada no conhecimento teórico que detém, nos componentes que a prática oferece e no questionamento permanente do processo dialéctico entre o pensamento e a acção, requisitos fundamentais para a compreensão do real, logo, para a investigação.

Para Giddens o processo de investigação é “empreendido para tentar elucidar muitas e diferentes questões, de acordo com a natureza dos problemas que o investigador se propõe esclarecer (1989: 205). Este pensamento, de uma simplicidade ilusória, remete-nos incontornavelmente para questões fulcrais que, tal como dissemos anteriormente, se vêm por vezes obscurecidas pela necessidade (in)consciente da classe diminuir a desvantagem existente face aos processos de construção do conhecimento científico de outras ciências sociais. Quem são os legítimos interlocutores do serviço social? Para quem se direcciona? Porquê e para quê a edificação de um projecto de conceptualização de construção do conhecimento científico? Procuramos investir e desenvolver este processo só para os

assistentes sociais? Procuramos uma verdade académica que conduza à legitimação das decisões e das políticas da classe dominante? Ou será que procuramos uma cientificidade legitimadora de uma classe profissional que se pretende intelectualmente subversiva, capaz de transformar constrangimentos em motivações, condicionantes institucionais em estímulos potencializados em capacidade reflexiva e estratégica dos profissionais em particular, e dos actores sociais em geral?

Tais questões levam-nos a considerar estarmos perante um percurso de investigação social, idealmente longitudinal atravessando os diferentes aspectos epistemológicos, metodológicos e técnico operativos.

Num primeiro momento, importa ter presente que as potencialidades e limitações intrínsecas ao envolvimento intelectual com uma dada matéria, serão canalizadas positiva ou negativamente de acordo com a disponibilidade científica para uma ruptura epistemológica. Urge criatividade, imaginação, confrontação, debate, apropriação de dados concretos e experiência que nos convide a ter presente a eventual necessidade de recuar face àquilo que nos propomos compreender e face à nossa percepção da realidade. Ao analisar o *para quê* procura-se descortinar não só a natureza do objecto e do sujeito, mas também a relação existente entre ambos no processo de investigação.

Considerando que “as condições sociais designam a pluralidade de estruturas e práticas da formação social em que a actividade de investigação se exerce e que nela por múltiplas formas interfere” (Almeida & Pinto, 1982: 61), conduzindo a uma relação de subordinação da “constatação à construção e da construção à ruptura”², o desafio coloca-se na arte de “utilizar técnicas de criatividade para explorar novas dimensões do problema” (Albarelo, 1997: 97), frequentemente camufladas ou imersas na situação ou no objecto que nos propomos investigar. Esta preocupação traduz-se num “esforço no sentido de viabilizar uma produção de conhecimentos que permita ultrapassar as práticas espontâneas e as reflexões que se confinam em acções pontuais” (Baptista, 2001: 43) através de fundamentos teóricos analíticos, passíveis de produzir interferências, rumo a uma metodologia activa da acção e a um revitalizar do *porquê*.

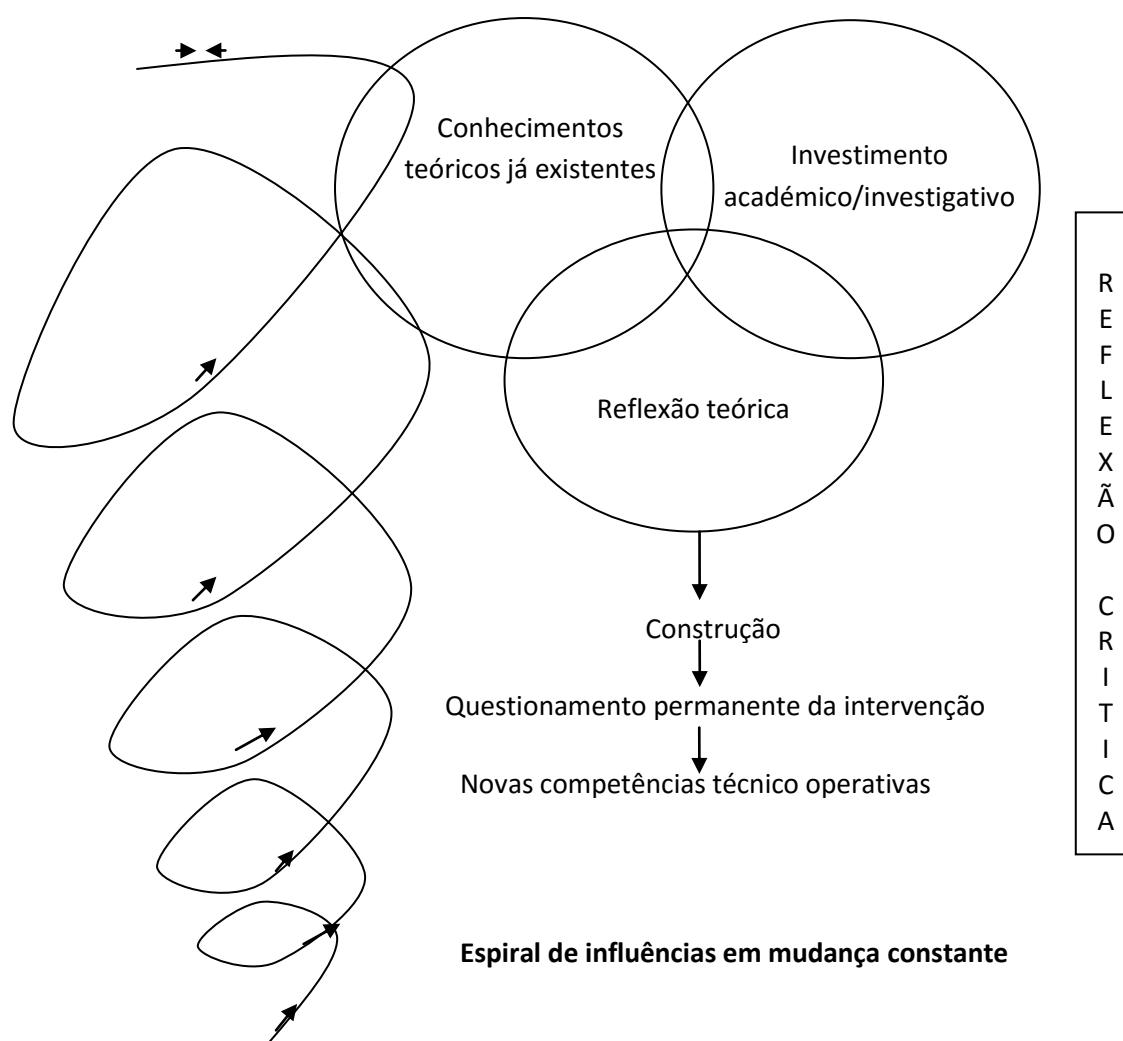
Por outro lado, Santos (1989) coloca especial ênfase na convergência à resposta ao *para quem* se direcciona o acto investigativo ou a produção da ciência. Acompanhando a sua reflexão, é na resposta que se esconde o enigma que nos propomos decifrar: sendo a natureza do Serviço Social eminentemente prática, como se inter cruzam ciência e acção?

Na modernidade, e no campo específico de produção do saber em Serviço Social, somos a considerar que a questão se desdobra em dois pontos fundamentais:

- De que forma os profissionais apreendem e revertem na sua prática o contributo dos estudos científicos?
- De que forma a comunidade científica, ou as instituições, desenvolvem critérios de objectividade propícios, estimulantes à produção do conhecimento em Serviço Social como área de investigação e de produção do conhecimento?

Do olhar que nos chega de Baptista (2001), o progresso do conhecimento em serviço social pode ser concebido em função da própria intervenção profissional do assistente social. A sua reflexão de partida pode ser ilustrada da seguinte forma:

Figura 1 – Espiral de influências



Fonte: Elaboração Própria

A teorização de Baptista verte-se num “esforço no sentido de viabilizar uma produção de conhecimentos que permita ultrapassar as práticas espontâneas e as reflexões que se confinam em acções pontuais” (Baptista, 2001: 43), através de fundamentos teóricos analíticos, passíveis de produzir interferências, rumo a uma metodologia dinâmica da acção e a um revitalizar do *porquê*. No entender da autora, a enorme complexidade que envolve o trabalho do assistente social, exige do acto de investigação arrojo na criatividade, de forma a desencadear e dar visibilidade a novos e diferentes domínios de interpretação e acção. A tradução da circularidade presente na figura 1. reconhece-se na reflexão de Rein e White em que “o movimento básico de recolha do conhecimento é providenciar para contextos em transição. O conhecimento é reunido – a utilidade ou relevância apreendidas do conhecimento – é limitado no tempo, local e sujeito” (1981: 37) revertendo para a consciência intrínseca de que o desenvolvimento do acto de investigação se situa em diferentes esferas donde as suas particularidades – em activa conexão com as suas demandas – devem assumir contornos precisos. Seguindo esta lógica, o estabelecimento de tais fronteiras permitir-nos-á, então, identificar e problematizar o movimento da realidade a decifrar com a investigação.

Poderíamos, todavia, dizer que a relação circular subjacente significa, em primeiro lugar, que os conhecimentos teóricos existentes postulam uma reflexão teórica, a qual por sua vez postula um procedimento investigativo; ora, logicamente, esta relação de dependência mútua remete cada uma destas proposições uma para a outra e reciprocamente, num ciclo infernal onde nenhuma pode tomar corpo (Morin, 1997). Esta relação circular significa ainda que ao mesmo tempo que os conhecimentos teóricos dependem do investimento investigativo, o investimento investigativo depende dos conhecimentos teóricos. Tomadas à letra, estas duas proposições são antinómicas e anulam-se mutuamente. Compreende-se, pois, que as ligações entre proposições em presença em mútua dependência sejam denunciadas como viciosas quer no seu princípio, quer nas suas consequências (a perda do apoio da objectividade). Deveremos, então, romper a circularidade?

Diremos, em comunhão com Morin (1997), que não. De facto, uma perspectiva que recaia no rompimento da circularidade e na eliminação das antinomias é uma perspectiva que nos leva “a cair sob o impero do princípio da disjunção/simplificação ao qual pretendemos escapar” (Morin, 1997: 21). Considerando que a preservação da circularidade é sinónimo duma recusa pela “redução de um dado complexo a um princípio mutilador”, conservá-la “é recusar a hipóstase dum conceito dominante” (Morin, 1997: 21). Por conseguinte, o serviço social não se contenta apenas em encenar uma aparência científica verdadeira desprovida

de peso: no processo de crescimento do conhecimento científico demonstra saber caminhar rumo à “realização de uma crítica de superação dos conhecimentos já existentes” (Baptista, 2001: 42), onde se pretende a identificação de lacunas e crateras que não se resumam a recursos logísticos ou humanos. Como alude Saül Karsz “falta conhecimento teórico aprofundado daquilo que são as práticas do serviço social, decorrente do hiato existente aos níveis mais basilares dos conceitos, das definições, dos diversos e distintos constructos teóricos passíveis de assegurar a argumentação das diferentes análises” (2004: 6) e, conseqüentemente, nortear a acção. A importância de teorizar a prática profissional encadeia-se assim com a importância de instrumentalizar o conhecimento produzido, remetendo para a espiral de influências permanente.

Vemos desta forma, surgir a nossa esperança naquilo que provoca o desespero reducionista e simplificador: o paradoxo, a antinomia, o círculo vicioso:

Entreveamos a possibilidade de transformar os ciclos viciosos em ciclos virtuosos, que se tornem reflexivos e geradores de um pensamento complexo. Donde a ideia que nos guiará à partida: não devemos romper as nossas circularidades, devemos, pelo contrário, ter o cuidado de não nos desprendermos delas. O círculo será a nossa roda, a nossa estrada será a espiral (Morin, 1997: 22).

Não sair da estrada exige do serviço social um investimento em processos de aprendizagem subsidiados por uma perspectiva crítica, que permitam, não só escarpelizar os saberes e as ideologias pelas quais a acção é pautada, mas também retomar, espicaçar e incrementar as capacidades reflexivas que a tradição crítica nos legou (Adams, Dominelli, & Payne, 2009; Dominelli, 2004). A figura 1., além de apontar como essencial a liberdade de crítica e o desmantelamento dos consensos estabelecidos, evidencia também a importância da apreensão e compreensão das dimensões experienciais neste processo de construção teórica. Ainda sob o ponto de vista de Baptista, parece não haver dúvidas de que é “no movimento da acção que o profissional elabora e constrói novos conhecimentos” (2001: 47), numa aprendizagem da aprendizagem que, sob a égide da nova teoria social da estruturação social², não pode ser entendida senão no contexto donde esta relação dialéctica permanente entre teoria e prática ocorre.

A prática tem assim condições de retroalimentar a teoria que utiliza, num permanente reaprender a aprender. Contudo, para que o corpo teórico adquira consistência, o serviço social tem de encarar a investigação como ferramenta fundamental na explicação

consequente da prática profissional. Portanto, a preocupação pela produção de conhecimento deverá ser parte integrante e indissociável da prática profissional.

Digamos então que a estrada do conhecimento em serviço social faz-se através de um caminhar em espiral: parte de um questionamento, continua através de uma reorganização conceptual e teórica em cadeia que, atingindo finalmente o nível epistemológico e paradigmático, desemboca na ideia de um método que deve permitir um encaminhamento do pensamento e da acção capaz de lembrar o que estava mutilado, de articular o que estava disjunto e de pensar o que estava oculto (Morin, 1997).

Uma visão diacrónica de tal percurso implica que o mesmo se desenvolva em três actos epistemológicos³ distintos:

- *Processo de ruptura*, engendrado na própria dimensão operacional do profissional se serviço social quer na sua prática, quer na sua abordagem académica, quer ainda no decorrer do próprio acto de investigação científica. Trata-se de um processo contínuo e sempre inacabado, que exige do profissional uma consciência crítica activa e inovadora;
- *Processo de construção*, referenciado à totalidade das tarefas constitutivas do assistente social enquanto investigador, bem como às específicas articulações que a concretização das mesmas implica, num quotidiano sempre efémero, logo em permanente (re) construção do objecto em análise e das suas teorias explicativas;
- *Processo de reflexão*, enquanto processo contínuo que recusa a constatação a favor de uma estratégia impulsionadora da reflexividade de todos os actores sociais em presença, num contexto social em permanente mutação, permitindo o estreitamento da relação entre ciência e sociedade, entre ciência e o institucional, entre ciência e o particular. Neste processo, assume particular relevância o conhecimento sobre as formas de associar, seleccionar, adoptar ou declinar a multiplicidade dos contributos teóricos existentes.

Podemos, portanto, equacionar a produção do conhecimento científico em serviço social como que estando imbuído de uma dinâmica intrínseca ao triplo movimento epistemológico, em que cada um dos seus vértices se complementa e se afecta reciprocamente rumo à sustentação legitimadora desse mesmo acto de produção. É capital assumir que o processo de construção do conhecimento científico no serviço social se situa, inexoravelmente, no seio de uma relação bilateral e de fronteira entre os campos científica e da prática. O saber

que procuramos tem assim a sua génese no seio do triângulo virtualmente descrito onde, importa acrescentar, os contextos nos quais se desenvolve têm de ser levados em consideração, de forma a efectivar “o tríplice movimento dialéctico: de crítica, de construção de conhecimento novo e de nova síntese no plano do conhecimento e da acção num movimento que vai do particular para o universal e retorna ao particular em outro patamar, desenhando um movimento em espiral na relação acção/conhecimento/acção” (Baptista, 2001: 47).

Na mesma ordem de ideias e invocando desta feita a preocupação de Faleiros pelo *epistemicídio*, pela *liquidação de conhecimentos* nas ciências sociais modernas (Faleiros, 2001: 327), há ainda um outro prisma – que se deseja apologista do circuito relacional interdisciplinar – a considerar. O resultado da leitura de Edgar Morin e Le Moigne (2009) e de Le Moigne (2007), convida-nos a substituir esse ritual periódico na nossa vida intelectual que é, de a tempos a tempos, perguntar *porquê* e que vê um estatuto científico marginalizado no terreno do serviço social, por um outro epistemológica e invertidamente interessante: *porque não?*

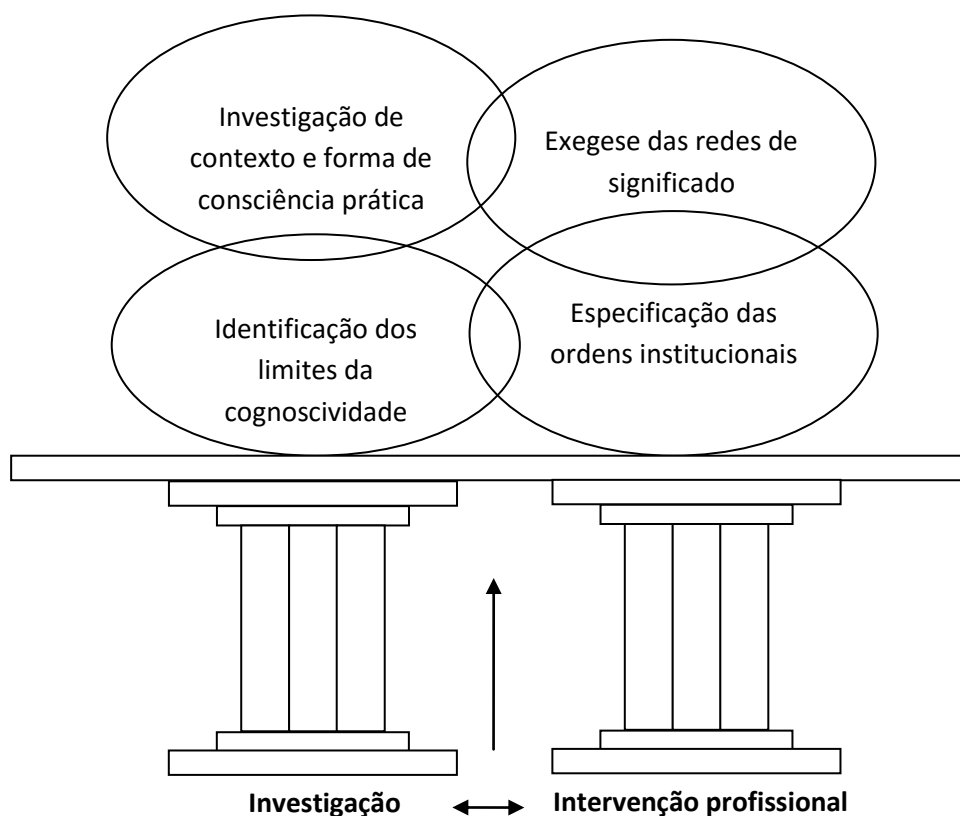
Inserido na denominada epistemologia complexa, o panegírico ao *porque não* que encontramos em Le Moigne (2007) advoga uma abertura essencial para desobstruir o campo dos possíveis no pensamento científico contemporâneo. Na medida em que o conhecimento é sempre circunstancial (Bachelard, 2008, 2009) e contém em si as possibilidades de metamorfoseamento: “direi que a complexidade não nos põe apenas na angústia do incerto mas permite-nos ver, ao lado do provável, as possibilidades do improvável, porque existiram no passado e podem voltar a encontrar-se no futuro” (Morin, 2009: 61). O *porque não* interpela com maior agudeza a complexidade decorrente da relação com o mundo.

3. O conhecimento como proceso sinérgico

Do que foi dito, é capital assumir que o processo de construção do conhecimento científico pelos assistentes sociais se situa, inexoravelmente, no seio de uma relação bilateral e de fronteira entre os campos científico e da prática. O saber que procuramos tem a sua génese no seio do triângulo virtualmente descrito, onde, importa acrescentar, os contextos nos quais se desenvolve têm de ser levados em consideração, de forma a efectivar “o tríplice

movimento dialéctico: de crítica, de construção de conhecimento novo e de nova síntese no plano do conhecimento e da acção num movimento que vai do particular para o universal e retorna ao particular em outro patamar, desenhando um movimento em espiral na relação acção/conhecimento/acção” (Baptista, 2001: 47), isento tanto quanto possível de distorções ou enfiamentos.

Figura 2. Sinergia do processo de investigação



Fonte: Elaboração Própria

A figura 2. representa os pilares de uma só pedra basilar: a vertente académica/investigação e a prática profissional, entrelaçados numa sinergia que se pretende incisiva sobre o processo de investigação, da mudança social e estrutural que poderá desencadear novas competências técnico-operativas. Pretende-se competências capazes de desafiar o carácter perene dum quotidiano profissional inscrito “num território onde os procedimentos tecno-

burucráticos ganham primazia sobre a inovação, a criticidade e os procedimentos criativos, mutantes e articulados os mundo da vida” (Andrade, 2001: 189).

Compreender a dinâmica intrínseca deste quadro inspirado e baseado nos pressupostos da Teoria Estruturação de Giddens (1989), implica acolher o seu desígnio de renovar a teoria social, no sentido da construção de uma verdadeira ontologia social. Para isso é necessário, e tal como vimos anteriormente, dar lugar à ruptura epistemológica, uma vez que:

por mais significativas que elas possam ser, a concentração nas questões epistemológicas desvia a atenção dos interesses mais “ontológicos” da teoria social, e é primordialmente nestes que a teoria da estruturação se concentra. Em vez de se preocuparem com disputas epistemológicas e com a questão de saber se qualquer coisa como “epistemologia”, em sua aceção consagrada pelo tempo, pode ou não ser realmente formulada, sugiro aqueles que trabalham em teoria social que se empenhem, em primeiro lugar e acima de tudo, na reelaboração de concepções do ser humano e de fazer humano, reprodução social e transformação social (Giddens, 1989: XVI-XVII).

Na sua perspectiva, as estruturas sociais são encaradas sob o ângulo do movimento, numa tentativa de reconciliar as dicotomias teóricas dos sistemas sociais na modernidade, onde o capitalismo é visto como responsável pela erupção de um novo modelo de integração social, tendo como factor determinante o conhecimento. A arquitectura da Teoria da Estruturação assenta assim na interdependência entre estrutura e agente, onde o social se traduz em práticas com extensão espacial e duração temporal, sendo assim a sua ênfase colocada, não nos actores nem na sociedade global, mas sim nas práticas sociais.

Esta proposta de reformulação da teoria social por Giddens, assume particular interesse, porquanto a acção profissional do assistente social se encontra, indubitavelmente, imbricada com a articulação das múltiplas determinações que incidem sobre a prática. Aqui, os extremos do estrutural ou o determinismo da agência serão evitados ao considerarmos que as práticas sociais se estruturam na Dualidade do Estrutural. Conforme explicita Corcuff (2001), a noção de dualidade estrutural assume diferentes concepções, conforme seja considerada na circularidade do mundo social, onde as suas propriedades se influenciam mutua e simultaneamente enquanto *condições e resultados*. Assumimos, portanto, que as propriedades estruturais dos sistemas sociais existem porque as práticas sociais são reproduzidas no espaço e no tempo (Giddens, 1989), dotadas de regras simultaneamente constitutivas e reguladoras da acção e aplicáveis dialecticamente através dos recursos. É fundamental entender os recursos como meios privilegiados para a actualização das regras,

numa relação onde a manipulação dos mesmos se encontra indissociavelmente ligada à consciência prática e discursiva.

Vejamos agora os seus aspectos mais relevantes no plano operacional da investigação:

A possibilidade do investigador “mergulhar” metodologicamente na matéria que pretende investigar, é passível de ser concretizada em qualquer um dos diferentes estádios acima descritos. Ainda que a aclaração hermenêutica das redes de significado seja menosprezada pelos *defensores da pesquisa quantitativa*, assume um significado essencial na área de produção conhecimento em serviço social, porquanto “serve para elucidar a natureza da cognoscibilidade dos agentes” (Giddens, 1989: 266) logo, ressaltar o *porquê* da investigação permitindo, em simultâneo, instaurar a adequação da investigação às dimensões do objecto social em estudo.

A consciência prática⁴ remete-nos para a consciência tácita de formas costumadas de acção dos actores, os quais experimentam a sua participação nas práticas habituais sem as interrogar, dando-as por adquiridas. A avaliação de tais formas rotineiras poderá ser, então, o instrumento imprescindível para a edificação de uma interpretação científica capaz de estabelecer a adequação e a plausibilidade com o contexto onde as praticas decorrem, assimilando as interpretações comuns dos actores sociais.

Numa outra dimensão, a identificação dos limites da cognoscibilidade dos actores e o seu reconhecimento nas variáveis tempo e espaço, assume particular pertinência. Portanto, uma vez no campo, enquanto pessoa e enquanto profissional, as percepções e entendimento dos objectos e dos acontecimentos mudam. Estas são redefinidas de acordo com os determinismos sociais pelas esferas do poder dominante, em contextos confinados a dimensões espaço-temporais específicas. A este propósito, Wallerstein alerta para a necessidade de “reintroduzir os factores espaço e tempo de forma a fazer deles variáveis constitutivas internas das nossas análises e não meras realidades físicas imutáveis onde o universo social existe” (1996b: 108). Na sua perspectiva, a avaliação do contexto da acção na sua inter conexão com a dimensão espaço-tempo, conduz não só à discussão para identificação das fronteiras, mas exige também a elaboração de uma metodologia que converta, de facto, a dimensão espaço-tempo em construções sociais passíveis de serem inseridas no âmbito do processo de conhecimento. Em harmonia com esta reflexão, Wallerstein (1996a) estabelece diferenciação entre cinco distintas categorias desta dimensão que nos permite reflectir sobre as realidades sociais como elementos inerentes a

uma natureza histórica, numa posição adoptada em determinado tempo específico, cuja unidade se transforma no seio da temporalidade espacial:

- 1) *espaço-tempo geopolítico-episódico*, onde se englobam as categorias de análise da “história imediata”. A particularidade desta tipologia, assenta na capacidade de definir temporal e espacialmente o acontecimento, o actual, criando desta forma bases para efectivar uma análise sequencial e contextual dos acontecimentos no (s) contexto (s) onde se produz (em);
- 2) *espaço-tempo cíclico-ideológico* surge como categoria onde os fundamentos da história imediata são sedimentados num período de tempo mais abrangente. Implica ainda a enunciação estruturada da situação inserida em contexto específico de grupos particulares;
- 3) *espaço-tempo estrutural*, alimentado pelo tempo cíclico-ideológico, permite uma análise situada num tempo cronologicamente mais amplo, parametrizado pelas fronteiras do espaço e do tempo;
- 4) *espaço-tempo eterno*, categoria a ser contemplada quando a análise assume um carácter intemporal e não espacial, ou seja, sempre que se verifica incompatibilidade da dimensão espaço-tempo na investigação;
- 5) *espaço-tempo transformacional* situa-se na singularidade, na especificidade dos acontecimentos e no impacto que estes possam ter ao nível macro social.

Este ponto de vista implica uma interactividade intrínseca que concerne à interacção não só com os outros campos de conhecimentos, mas também com a dimensão espaço-temporal onde ocorrem. Indica que precisamos de enfatizar o conhecimento relacional e interdisciplinar num imbuído espírito inquisitivo, donde um elemento chave que ressaí é a quebra de limites binários hierárquicos como ciência/arte, tradição/ inovação, ordem/desordem. Similarmente, também Beech e Cairns (2001) têm criticado o pensamento dicotómico e propõem maneiras “pós-dicotómicas” de pensar onde o traço que reflectem a complexidade da vida e não as tentam reduzir a simples mutilados disjuntivos de oposições binárias.

Então, criar uma nova moldura para o conhecimento – uma moldura em movimento permanente – implica um olhar para o serviço social como profundamente interactivo, num

espaço de inquirição e controvérsia. Uma espécie de experiência permanente, uma espécie de livro aberto que pretende dar ao outro – o outro que o está a ler – a possibilidade de compreender a nossa singularidade e complexa forma de ver, bem como a relação do livro agora aberto com os diferentes domínios e campos de conhecimento através dos nossos diferentes modos de ver.

A figura 2. convida-nos ainda a entrar na especificidade das ordens institucionais. Posicionamento autoritário que surge nesta representação como um elemento de violência simbólica, legitimada porque é dominante, ou reconhecido como tal, comum e desconhecido, ou seja, tacitamente reconhecido como tal. Se, por um lado, a historicidade do serviço social reflecte a instrumentalização de que foi alvo ao serviço do poder dominante, por outro lado, ilustra também que é no resultado da correlação de forças que a profissão se fortalece e posiciona afirmativamente face às forças hegemónicas, com processos de mudança de trajetórias, de emancipação e renovação da sua legitimidade.

Como sustenta Andrade, “o campo do Serviço Social, é um campo socialmente construído e constituinte, quer seja tomado como área científica e de investigação, quer como área de intervenção, quer ainda como domínio da organização da categoria profissional” (2001: 159). Acrescenta que, independentemente da perspectiva adoptada, é, indubitavelmente, “um universo onde se cruzam e mutuamente se influenciam os conteúdos do contexto social envolvente” o qual, ainda que mutável, obedece a directrizes institucionais que procuram ressaltar os interesses das ordens dominantes e contribuir para a manutenção da legitimidade institucional. Desta forma, a filiação institucional impõe o compromisso do profissional de serviço social com os fins institucionais logo, com as regras que os operacionalizam. Não obstante, a grande pluralidade de padrões discursivos e de práticas profissionais emerge aqui como uma mais-valia para a classe profissional, uma vez que permite pensar e situar as diferentes acções nos mais distintos contextos, concorrendo para a identificação de alternativas na criatividade e inovação para a acção e, em simultâneo, introduzir interferências que promovam mudança, acrescidas de eficácia e passíveis de legitimar o processo de legitimação na procura do conhecimento à escala institucional e macro social.

A ideia de *dupla hermenêutica* proposta por Giddens (2000), para se referir à forma como o conhecimento que advém das Ciências Sociais é recebido e apropriado pelos diferentes actores sociais, permite melhor compreender as opções por debates diferenciados e filiações epistemológicas descoincidentes no seio da nossa classe profissional. Subjacente à

interpretação crítica da teoria encontra-se uma panóplia de significados conectados com um mundo já pré interpretado pelos diversos actores sociais em presença.

Rein e White defendem que:

O saber que o trabalho social procura, não pode ser feito em universidades por indivíduos que presumivelmente procuram verdades intemporais e universais sobre a natureza humana, as sociedades, as instituições e a política. O conhecimento deve ter a sua génese no seio das situações reais que teriam o curso dos acontecimentos (...) é necessário alargar a noção de contexto para incluir não só a situação do cliente mas a própria instituição e mais alargadamente o enquadramento institucional da prática. Isto envolve a intersecção de rede de organismos, instituições, profissionais, estruturas governamentais e grupos de pressão política que agem conjuntamente sobre a administração pública. (Rein & White em Payne, 2002: 32).

É lícito então afirmar que o assistente social, enquanto cientista social, encontra aqui uma grande vantagem, porquanto se encontra imerso, frequentemente, no objecto ou na forma de vida cujas especificidades quer explicar. A posse deste capital de relações sociais e profissionais, constitui uma fonte de poder, dificilmente suprível, porquanto a especificidade da nossa intervenção nos permite desenvolver e apropriar estrategicamente a produção de um corpo de saberes técnico-científico.

À guisa de conclusão

Não obstante o conhecimento aprofundado da vida social e o conhecimento científico não sejam, frequentemente, considerados ou aplicados por parte dos organismos governamentais ou das instituições, a sua abalroação nas práticas quotidianas da nossa intervenção configura-se num urgente desafio. Compete-nos redefinir a nossa posição face às profundas transformações que se operam a larga escala nas sociedades da modernidade tardia e que se reflectem, como observa Netto, “sobre as profissões, as suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc.”. (1996: 87), exigindo a constituição e reconstituição da teoria social num movimento de permanente transformação de si própria. Desta forma, a consistência teórica será reflexo da sua permeabilidade aos diferentes processos, dinâmicas e mudanças sociais, ao mesmo tempo que permitirá a emergência de novos paradigmas, emergentes simultaneamente enquanto sintomas e resultados dessas mesmas transformações.

Faleiros (2001, 2013) considera que

pensar um futuro no presente, significa romper com o mito da inevitabilidade da globalização (...). A construção desse futuro implica fazer ressurgir a diversidade de epistemes ou conhecimentos e formas de conhecer, tendo em vista que, na sociedade actual, existe um epistemicídio, uma liquidação de conhecimentos (2001: 327).

Tomar consciência do desafio que tal afirmação comporta é primordial para a construção de um pensamento que combata a cristalização do saber e abra as portas à hetero-reflexividade, contestando o uso do conhecimento de forma individualizada ou fragmentada num convite ao desenvolvimento da reflexividade, mas uma reflexividade interactiva, com a convicção de que é possível coordenar e articular as actividades de investigação das inúmeras e distintas unidades do universo científico.

Referencias Bibliográficas

- Adams, R., Dominelli, L. & Payne, M. (2009). *Practising Social Work in a Complex World* (2ª ed.). Basingstoke: MacMillan Press.
- Albarelo, L. et al, (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1982). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- Andrade, M. (2001). *Serviço Social e Mutações do Agir na Modernidade*. Tese de Doutoramento (Cap. III). São Paulo: PUC/SP.
- Bachelard, G. (2008). *O Novo Espírito Científico*. Lisboa: Edições 70.
- _____ (2009). *A Filosofia do Não*, (6ª ed.), Lisboa: Presença.
- Baptista, M. V. (2001). *A Investigação em Serviço Social*. Lisboa, São Paulo: CPIHTS, Veras.
- Beech, N. & Cairns, G. (2001). Coping with change: The contribution of postdichotomous ontologies, *Human Relations*, 54 (10), 1303-1324.

- Branco, F. (2008). A Investigação em Serviço social em Portugal: Trajectórias e perspectivas. *Locus Soci@l* 1, 32-47. Disponível em: http://www.locussocial.cesss-ucp.com.pt/page4/files/page4_11.pdf
- Castells, M. (2003). *O Poder da Identidade – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Corcuff, P. (2001). *As Novas Sociologias*. Sintra: VRAL, Lda.
- Dominelli, L. (2004). *Social Work: Theory and Practice for a Changing Profession*. Cambridge: Polity Press.
- Faleiros, V. P. (1999). *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- _____ (2001). Desafios do Serviço Social na era da globalização. Em Helena Mouro, & Dulce Simões (coord.), *100 anos de Serviço Social* (pp. 313-349), Coimbra: Quarteto.
- _____ (2013). *Globalização, correlação de forças e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Giddens, A. (1989). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (2000). *Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta.
- Karsz, S. (2004). *Pourquoi le travail social?*. Paris : Dunod.
- Le Moigne, JL. (2007). The Intelligence of Complexity. Do the ethical aims of research and intervention in education and training not lead us to a “new discourse on the study method of our time?”. *Sísifo*, 4, 115-126.
- Martins, A. (1999). Serviço Social e Investigação. Em M. A. Negreiros, A. Martins, et al. *Serviço Social, Profissão & Identidade, que Trajectória?* (pp. 45-65). Lisboa/São Paulo: Veras Editora.
- _____ (2002). Investigação em Serviço Social: perspectivas actuais. Em A. Henríquez & M. A. Farinha (Org.), *Serviço Social: Unidade na Diversidade. Encontro com a Identidade Profissional* (pp. 50-61), I Congresso Nacional de Serviço Social, Lisboa, Associação dos Profissionais de Serviço Social: Aveiro.

- Morin, E. (1997). *O Método I. A Natureza da Natureza* (3ªed.). Mem Martins: Europa-América.
- _____ (2009), *Complexidade Restrita, Complexidade Geral*. Em Edgar Morin e Lean-Louis Le Moigne, *Inteligência da Complexidade*, Lisboa, Piaget.
- Morin, E. & Le Moigne JL. (2009). *Inteligência da Complexidade*. Lisboa: Piaget.
- Negreiros, M. A. (1999). *Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social – o caso português*. Em M. A.Negreiros, A. Martins, et al, *Serviço Social, Profissão & Identidade, que Trajectória?*. Lisboa/ São Paulo: Veras Editora.
- Netto, J. P. (1996). *Transformações Societárias e Serviço Social*. *Serviço Social e Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez.
- Nunes, A. S. (2005). *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*. Queluz: Presença.
- Payne, M. (1998). *Social Work theories and reflective practice*. Em R. Adams, L. Dominelli & M. Payne, (Eds.), *Social Work: themes, issues and critical debates* (pp.123-138). Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- _____ (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto.
- Rein, M., & White, S. H. (1981). *Knowledge for Practice*. *Social Service Review*, 55(1), 1–41.
- Santos, B.S. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento.
- Wallerstein, I. (1996a). *Le Futur des Sciences Sociales*. Colecção *Les Classiques des Sciences Sociales* Disponível em :
http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html
- _____ (1996b). *Para abrir as Ciências Sociais: Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais*. Mem Martins: Europa-América.

NOTAS

¹ A reflexão de Cohen (2002) acerca das Teorias de Acção de John Dewey e George H. Mead, ilustra a dinâmica e versatilidade dos conceitos de interacção e ajustamento, enfatizando capacidades como o raciocínio e a reflexão no processo de ajustamento a situações sociais em constante mutação (pp.121-127).

² Almeida J. F. e Pinto J. M. (1982) remetem para a perspectiva de Bourdieu, Chamboderon e Passeron (1973) segundo a qual o procedimento científico assenta na “*hierarquia epistemológica dos actos*” vertida em ruptura, construção e verificação/experimentação.

³ Enquadra-se aqui Pierre Bourdieu e o seu conceito de *habitus* (um dos três fundamentais da praxiologia), onde o saber fazer é um conjunto de disposições que fundamentam as práticas, bem como Anthony Giddens, que, ao debruçar-se sobre conceito de *rotina* através da *dualidade da estrutura*, sustenta a consecução de uma prática estruturada e passível de ser reproduzida.

⁴ Para uma abordagem aprofundada, aconselha-se a consulta da obra de Pierre Bourdieu, Jean Claude Passeron e Jean Claude Chamboredon (1973), *Le Métier de Sociologie. Préalables Epistémologiques* (2ª ed.), Paris: Mouton.

⁵ Giddens (1984), através da teoria do sujeito actuante, postula três diferentes níveis de subjectividade: a consciência discursiva, onde reside o nível significado de origem mais existencial; a consciência prática e a subjectividade inconsciente/cognição, nível que acolhe a fundamentação da reprodução ou alteração das práticas pelos actores.

Raquel Marta earned her Ph.D. in Social Work from the distinguished ISCTE-Lisbon University Institute, in Portugal, where she has taught before join Social Work Program at City University of New York – College of Staten Island as Assistant Professor. She has also worked for twelve years in the private nonprofit sector as a social worker specializing in implementation of Harm Reduction Policies and macro social work practice. Her research explores the intersections of transdisciplinarity knowledge and research, environmental sustainability, complex thought, transformative social science, ethics, improvisation and creativity and issues of emotion and communication in social work practice.

Raquel.Martaesilva@csi.cuny.edu